

***O AFUNDAMENTO DE NAVIOS E OS PROTESTOS DE RUA NO
BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL:
ESTRANGEIROS NA MIRA DA IMPRENSA.***

Luiz Antonio Belletti Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora
luizbelletti@hotmail.com

RESUMO

Este artigo descreve os protestos de rua ocorridos em Juiz de Fora, MG, durante os dias de agosto de 1942 que antecederam a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, após o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães. A narrativa é feita a partir das notícias dos jornais locais do período, bem como dos documentos existentes no Arquivo Histórico de Juiz de Fora e no Arquivo Público Mineiro. A perspectiva é analisar os mecanismos de mobilização destas pessoas, principalmente os realizados pela imprensa local e sua importância no desenrolar dos acontecimentos. Os protestos foram seguidos de depredações de estabelecimentos comerciais e ataques aos estrangeiros que viviam no país, principalmente alemães, italianos e japoneses e seus descendentes. A partir da declaração de guerra, eles passaram a ser vigiados e perseguidos. Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior cujo objetivo é identificar, através do estudo das perseguições a estrangeiros em Juiz de Fora, os mecanismos repressivos do Estado Novo e sua ação em diversas situações, muito além da repressão oficializada e reconhecida pela historiografia. O período pesquisado está compreendido entre 1939 e 1945, isto, é, imediatamente antes, durante e imediatamente após a Segunda Guerra, fazendo uma análise quantitativa e qualitativa das perseguições ocorridas contra os estrangeiros neste período.

PALAVRAS CHAVE: Estado Novo, Segunda Guerra Mundial, Era Vargas

INTRODUÇÃO

Em 22 de agosto de 1942 o Brasil declarou guerra ao Eixo, após alguns dias de intensos protestos da população com o afundamento, em cinco dias, de seis navios na costa brasileira por submarinos de guerra alemães, matando mais de seiscentas pessoas. Foi a culminância de um processo que já se desenrolava há algum tempo, com o afastamento do Brasil em relação aos países do Eixo e a aproximação aos países aliados na Segunda Guerra Mundial, principalmente os Estados Unidos. O ataque a navios

comerciais brasileiros já ocorria desde 1941, mas foram os fatos ocorridos em agosto que levaram o governo Vargas a declarar a guerra. Durante este período, 35 navios brasileiros foram afundados, causando a morte de 1081 pessoas. Convocadas principalmente pela imprensa e por instituições estudantis e sindicatos, milhares de pessoas saíram às ruas em todas as cidades do país para protestar contra os ataques e exigir uma posição do governo.

Neste artigo são delimitados dois momentos específicos, um antes do início dos protestos e outro a partir de 15 de agosto de 1942, quando os navios começaram a ser afundados e o número de mortos aumentou drasticamente, gerando os protestos e a declaração de guerra. A imprensa teve um papel central nestes protestos, com notícias nos jornais e a convocação para as manifestações nas ruas.

OS ACONTECIMENTOS ANTES DA DECLARAÇÃO DE GUERRA

Os acontecimentos em Juiz de Fora que antecederam a declaração de guerra aos países do Eixo foram analisados através das notícias de jornais. Foram selecionadas as notícias mais marcantes neste período, de 1939 a 1942. Algumas notícias já selecionadas em trabalhos de outros historiadores foram também incluídas, bem como documentos e notícias encontrados nos Arquivos da Polícia Política do Arquivo Público Mineiro.

As notícias analisadas foram fotografadas e separadas por assunto e por ano. As notícias classificadas por data são as que mencionam perseguições e prisões de estrangeiros durante a guerra e os protestos que precederam a entrada do país na guerra, em consequência do afundamento de navios brasileiros pelos submarinos alemães. Os jornais analisados foram o *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde*, guardados no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. O acervo está bem preservado, sendo poucos os jornais rasgados ou que têm páginas faltando. O primeiro jornal era editado em duas edições diárias, mas a partir de 1942 a edição da tarde passou a se chamar *Diário da Tarde*, mas quase sempre repetindo as notícias da manhã. Todas as referências a notícias aqui relatadas são destes periódicos.

O que mais chama atenção quando se observam as notícias como um todo, é que existe certa coerência na distribuição temporal dos assuntos abordados, como se

houvessem “ondas” de determinados assuntos, e assim que o objetivo era atingido ou superado, uma nova “onda” surgia. A política de nacionalização era inicialmente tratada nos jornais, mas com o acirramento da guerra, a luta contra a “quinta-coluna” toma o lugar. Diversas outras “ondas” foram abraçadas pela imprensa, como o rompimento com os países do Eixo e a declaração do estado de guerra.

A análise das notícias começa em janeiro de 1939. Em quase todas as notícias não há muita informação: são praticamente notas telegráficas, e quase sempre o título já informa tudo que consta no corpo da notícia. A análise, portanto, muitas vezes é meramente descritiva; em todo caso, quase sempre percebe-se uma sequência, ou uma lógica nas notícias, como se elas viessem em “ondas” que permanecem até que o objetivo almejado seja alcançado. As únicas notícias mais extensas e com grande riqueza de detalhes são justamente as que descrevem os protestos de rua em 1942, convocados pelos jornais.

Neste artigo importa a análise das notícias de 1942 e o desenrolar dos acontecimentos que culminaram com o início dos protestos. No dia 6 de fevereiro, várias sociedades italianas foram fechadas no Rio de Janeiro, principalmente as esportivas, beneficentes e recreativas, exceto os hospitais. No mesmo dia, a Casa D'Itália era fechada em Juiz de Fora e informava-se que o prédio possivelmente seria alugado ao governo. No dia 7, a notícia de que uma rádio clandestina era fechada, pois possivelmente recebia e transmitia mensagens em código na Hora do Brasil. Uma associação alemã também era fechada neste dia no Rio.

No dia 15, o Buarque foi afundado na costa norte-americana do Atlântico pelos alemães, assim como o Olinda, que foi afundado dois dias depois. Era o início da revolta generalizada no país contra os estrangeiros. O processo se agravaria mais ao final do ano, com o afundamento de outros navios na costa brasileira. O mês de março é um dos mais tumultuados. No dia 9, foi afundado o cargueiro Arabutan, e no dia 11 foi torpedeado o Cayru. As notícias tinham grande destaque nos jornais, com as manchetes ocupando metade da página. No mesmo dia, aparecia a notícia da reforma na Constituição Federal, no artigo 166, que passou a permitir que o presidente decretasse estado de guerra sem a autorização do legislativo. No dia seguinte, foi decretado que os bens dos estrangeiros no Brasil responderiam pelos prejuízos causados pelas agressões

dos países do Eixo. O jornal informa, então, que havia no Rio de Janeiro uma grande animosidade contra tudo que era do Eixo. Um alemão que ofendera o Brasil fora agredido; grupos se formavam em frente a casas pertencentes a “súditos totalitários”, em atitude hostil; e foram lançadas pedras contra as vitrines da Casa Lerner, na Avenida Rio Branco, tendo sido o sócio agredido a pontapés.

As notícias voltam a aparecer com novos ataques a navios brasileiros. O navio Alegrete foi torpedeado em 11 de junho de 1942, e no dia 2 de julho, o jornal Diário Mercantil mostrava um decreto-lei assinado pelo presidente da República, tipificando os crimes militares contra a segurança nacional. Dias depois, no dia 8, o jornal informa que, em caso de estado de guerra, os crimes passariam a ser julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional e pela Justiça Militar. No dia 7, o navio Pedrinhas fora torpedeado a trezentas milhas de Porto Rico, e no dia 11, estudantes chegaram a promover uma passeata cívica em protesto pelo afundamento dos navios e contra os quinta-colunas. No dia 21, era anunciado um grande comício no Parque Halfeld para dois dias depois, também em protesto pela agressão aos navios brasileiros e em favor do combate à quinta-coluna. Este comício era iniciativa de médicos, professores, estudantes, com o apoio dos trabalhadores. O presidente do Banco do Brasil pedia neste mesmo dia o fuzilamento de todos os quinta-colunas e o fim da neutralidade brasileira no conflito. Os estudantes, no dia seguinte, declararam colaboração ao movimento União Patriótica de Minas Gerais, coordenado pelos trabalhadores e contra a quinta-coluna.

OS NAVIOS ATACADOS

Em julho de 1941, os americanos iniciaram a ocupação das bases aeronavais do nordeste, em Recife e Natal, para combater os submarinos do Eixo que operavam na área. Apesar de oficialmente neutro, o Brasil já cooperava claramente com os EUA, cedendo-lhes bases em seu território e também matérias-primas, o que não poderia deixar de ser notado pelos alemães. Em 22 de março de 1941, o primeiro navio brasileiro foi atacado: o Taubaté, que navegava no Mediterrâneo Oriental. A Embaixada Alemã no Rio de Janeiro recusou-se a dar explicações quando inquirida. A degradação de relações bilaterais a este ponto é clara. Daí que começa a série de afundamentos de navios brasileiros, o Buarque, em 15 de fevereiro de 1942 e o Olinda três dias depois.

Os afundamentos seguiram em passo firme até o mês de agosto, com mais 12 embarcações nacionais destruídas (MELLO, 2016). Mas o que realmente devemos analisar são os fatos ocorridos a seguir, a série de afundamentos de 15 a 17 agosto de 1942, que levaram definitivamente o governo Vargas a declarar guerra ao Eixo.

Os cinco navios brasileiros que foram ao fundo neste período (Baependi, Araraquara, Aníbal Benevolo, Itagiba e Arará) mataram cerca de 600 pessoas. O governo declarou guerra à Alemanha e Itália em 22 de agosto. Os alemães e italianos nunca negaram sua responsabilidade pelos afundamentos (MELLO, 2016). Até 1944, mais 14 navios abatidos. Total de mortes desde 1941 – 1081, com 1686 sobreviventes. Os dados sobre os ataques estão disponíveis nos sites da marinha alemã e italiana¹.

Para Rahmeier (2017, p. 75), desde 1938 com a campanha de nacionalização de estrangeiros realizada pelo governo brasileiro as relações com a Alemanha começaram a mudar, apesar do interesse no comércio continuar. O Brasil rompeu relações com o Eixo em 28 de janeiro de 1942, o que fez com as ações da marinha alemã passassem a ser feitas mais ao sul do Atlântico. Até o final de 1942 o Brasil era o terceiro país da América que mais perdeu embarcações, atrás apenas de EUA e Panamá (idem, 2017, p. 78 e 79).

As razões que motivaram o governo brasileiro a declarar estado de guerra com a Alemanha e a Itália, em 22 de agosto de 1942 são sabidas: tal decisão se deu após sucessivos ataques, por submersíveis alemães, a navios da frota mercante nacional no decorrer daquele ano, processo que atingiu seu clímax com o afundamento de seis navios e uma, em menos de cinco dias (15 a 19 de agosto), e que causou a perda de centenas de vidas (TEMPONE, 2014, p. 89).

A partir de maio de 1942 o Brasil passou a colocar canhões nos cargueiros, o que irritou a marinha alemã, levando à autorização de afundamento de navios armados no Atlântico. O ataque a portos brasileiros chegou a ser cogitado por Hitler. O submarino responsável pelos afundamentos de agosto de 1942, o U-507 foi retirado de águas brasileiras logo após a declaração de guerra, muito provavelmente pela reação de

¹ Wikipédia.org. **Lista de navios brasileiros atacado na Segunda Guerra Mundial**. Em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_navios_brasileiros_atacados_na_Segunda_Guerra_Mundial#cite_note-Mortos-1. Acessado em 8/07/019

apoio ao Brasil dado pela Argentina e Chile, países da América do Sul que ainda apoiavam a Alemanha (RAHMEIER, 2017, p. 87 e 88).

OS GRANDES PROTESTOS

O auge dos protestos e dos acontecimentos com o afundamento dos navios, que levaria o país à guerra, começa no dia 18 de agosto. A notícia de que cinco navios brasileiros foram torpedeados repercute imediatamente na cidade. Uma festa na escola de engenharia foi suspensa e o governo federal dizia que tomaria atitude e providências compatíveis com a dignidade nacional. No dia seguinte, o presidente Vargas, em “palavra serena e enérgica”, disse que o Brasil é imortal, e multidões começam a sair à rua com cartazes de “nós queremos a guerra”, em todo o país. No Rio de Janeiro, se dirigiram para o palácio do governo, onde o presidente os recebeu. Oswaldo Aranha também discursou e prometeu uma reação à altura dos atentados sofridos pela marinha brasileira. Também no Ministério da Guerra houve protestos, com a população ovacionando o Exército Brasileiro.

Ainda no dia 19, as notícias eram muitas. O jornal noticiava que o povo de Juiz de Fora “vibra contra os crimes das nações do Eixo”. Uma grande passeata foi realizada, sendo promovido um comício “monstro” pelos Diários Associados. A multidão dava vivas a Getúlio, aos Estados Unidos e protestavam contra o Eixo e a quinta-coluna. Gritavam “morram os vagabundos do Eixo”. Se reuniram em frente à sede dos Diários Associados e depois rumaram para a prefeitura. O prefeito não estava e não foi decretado feriado. Os funcionários da prefeitura encerraram as atividades, o comércio fechou as portas e todos se uniram à passeata. A multidão desceu a Rua Marechal Deodoro até a Praça João Penido, depois foram até o Centro Preparatório de Oficiais da Reserva (CPOR), passando pela Avenida Getúlio Vargas e voltando pela Rua Halfeld. Os alunos do Colégio Granbery desceram a Rua Batista de Oliveira e se reuniram ao grupo. Uma nova manifestação foi marcada pelos estudantes para o dia seguinte.

Em outra notícia, era informado que diversas pessoas detidas seriam enviadas para campos de concentração. Foi publicada uma lista de pessoas consideradas como quinta-coluna ou inimigos do Brasil, com cerca de oitenta nomes, entre italianos, alemães e japoneses. Não foi explicado exatamente o que cada um fez. O delegado foi

entrevistado e disse que policiais ainda caçariam algumas dezenas de pessoas. Todos seriam enviados para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte para serem processados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Ele definia como “brasilidade” o sentimento da polícia civil de Juiz de Fora, enquanto minuto a minuto chegava um “mau brasileiro” preso. No jornal *Diário da Tarde* do dia 22, foi noticiado que o número de prisões chegou a mais de três centenas. No dia 24, setenta foram enviados para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e vinte seguiriam no dia seguinte. Os nomes e os crimes não foram informados pelo jornal.

Também como aconteceu em Juiz de Fora, os dias 18 e 19 de agosto de 1942 foram os mais críticos no Rio Grande do Sul. Em Pelotas, aconteceram saques e depredações contra o patrimônio financeiro e cultural dos alemães que lá residiam. Para Fachel (2002, p. 223), esses eventos “foram consequências das medidas nacionalizantes que vinham sendo aplicadas na cidade, assim como em outras partes do Brasil. Em Pelotas os ataques foram de maior intensidade e expansão temporal e geográfica” (FACHEL, 2002, p. 223).

No dia 20, as manifestações continuaram. O jornal dizia “Juiz de Fora vive horas de indescritível vibração cívica e fé patriótica”, falando a respeito da manifestação dos estudantes. As aulas foram suspensas na cidade, e foi realizado novamente um comício monstro. Foi feito o enforcamento simbólico de Mussolini, Hitler e Hiroito, que foram colocados em um caixão e atirados ao Rio Paraibuna. Aviões do Aero Clube de Juiz de Fora sobrevoaram o Parque Halfeld em apoio aos protestos. Segundo o jornal, não houve incidentes. No dia seguinte, foi a vez dos professores e das mulheres. As professoras se reuniram no Grupo Central e foram em passeata até a multidão que esperava no Parque Halfed, onde alto-falantes dos Diários Associados narravam as últimas notícias. Foi realizado, então, o “comício das mulheres”, e o jornal noticiava: “vibra a mulher de Juiz de Fora”.

No dia 22, noticia-se que um novo comício “monstro” estava marcado para o dia seguinte, convocado pela “Liga Democrática Pan-Americana” recém-criada. O prefeito Raphael Cirigliano aparece e fala ao jornal, dizendo que estava em Belo Horizonte a trabalho, e que estava reunindo a imprensa para manifestar solidariedade às manifestações. Com a manchete “Juiz de Fora treme de entusiasmo e fervor cívico”, era

informado que um radiograma foi enviado para Benedito Valadares e um telegrama para o presidente Vargas, demonstrando apoio da população da cidade ao governo e repudiando as ações do Eixo.

No dia seguinte, no comício convocado pela Liga, a multidão queimou a bandeira nazista. Os discursos das principais autoridades de Juiz de Fora eram sempre de apoio a Vargas e exaltando o povo ao patriotismo. Esta manifestação foi toda documentada e filmada, segundo o jornal, pela Carriço Film, empresa cinematográfica da cidade. A multidão se dirigiu à Rua Sampaio, onde residia o prefeito, e protestou na porta da casa dele. Ele veio até a janela e fez um discurso de apoio, dizendo que precisou viajar a Belo Horizonte e por isso não pôde participar das manifestações. O jornal não menciona distúrbios, mas o simples deslocamento da multidão para a casa do prefeito já sugere uma cobrança, pois ele não estava participando de nenhuma manifestação. Ainda no dia 23, noticia-se o estado de guerra do Brasil com a Itália e a Alemanha.

O “comício monstro” como foi chamado pela imprensa juiz-forana foi documentado em um cinejornal filmado por João Carriço, como noticiado pelo jornal. João Gonçalves Carriço (Juiz de Fora, 1886 -1959) foi um dos pioneiros do cinema brasileiro e inaugurou em Juiz de Fora o Cine Teatro Popular e a Carriço Film, que produzia cinejornais e documentários onde eram registrados a vida cotidiana da cidade. O cinejornal tornou Carriço conhecido na cidade e na região, foi uma forma de produção cinematográfica amplamente utilizada durante os anos iniciais do desenvolvimento do cinema. Estes filmes documentavam o cotidiano da cidade, principais eventos, registrando momentos da realidade urbana de Juiz de Fora. A população se tornou personagem dos filmes exibidos no Cine Popular que tinha grande audiência (LAMAS e SILVA, 2016, p.244).

Após o fim da empresa, com a morte de Carriço, os filmes foram doados à prefeitura e encontraram uma trajetória de esquecimento e de descaso do poder público por muitos anos. Somente no final dos anos 1970 iniciou-se um processo para a recuperação, contudo muitos filmes se perderam. Foram transferidos para a Cinemateca

Brasileira, mas um incêndio destruiu parte do acervo². Infelizmente o filme que registrou os comícios não está listado no acervo da Cinemateca³.

Em agosto de 1943, o delegado Valadão respondia ao chefe de polícia em Belo Horizonte sobre a reclamação de dois japoneses presos em Juiz de Fora, feita ao Ministério das Relações Exteriores pela Embaixada da Espanha. As alegações eram de maus tratos e perda de liberdade. O delegado informa que foram apreendidos livros e uma quantia em dinheiro com Tokio Urata, dono da Casa Japonesa, mas que o dinheiro tinha sido entregue à sua esposa. Eles pedem uma indenização por destruição do patrimônio feita no estabelecimento de Tokio e na pastelaria de Shietaro Ishikawa. O delegado informa que as depredações foram ligeiras, feitas pela massa popular indignada por conta do afundamento de cinco navios brasileiros pelos alemães. Disse que o estrago não foi maior porque a polícia impediu. Interessante observar que a carta do delegado menciona as depredações a uma pastelaria e a uma loja, mas a notícia nunca foi publicada nos jornais analisados (APM, 2016).

Os fatos narrados aqui não são obviamente acontecimentos exclusivos de Juiz de Fora, uma vez que ataques e vandalismos contra instituições ocorreram em todo o país, como uma onda de revoltas instigadas pelo afundamento dos navios brasileiros e pelo estado de guerra. O relato agora será estendido à percepção dos fatos ocorridos com a declaração do estado de guerra, inclusive aqueles que se referem a acontecimentos em outras cidades do país. Os documentos dos Arquivos da Polícia Política também foram usados, quando necessário, e quando apresentaram relação com as notícias ou com os processos criminais analisados.

Ao romper relações com os países do Eixo, o Ministro da Justiça Vasco Leitão da Cunha enviou telegrama para o Governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, informando a situação. Pedia calma e que a população não tomasse atitudes agressivas contra os estrangeiros, caso fosse declarado o estado de guerra, o que pelo que se percebe já estava decidido. Pedia, contudo, atenção máxima e recomendava a prisão de estrangeiros que pudessem ser uma ameaça. Solicitava também que as instituições de estrangeiros passassem para o controle do Estado, e fazia diversas recomendações,

² Sobre a trajetória dos filmes e os que foram perdidos, ver <https://sites.google.com/site/jgcarrico/home/cinejornal>.

³ Ver os filmes de Carriço digitalizados e disponíveis em <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> Há 266 cinejornais catalogados.

proibindo livros, saudações, uso de idiomas, manifestações, retratos, festas, viagens, discussões públicas, posse de armas, rádios e a ocupação de cargos policiais ou políticos aos estrangeiros e naturalizados brasileiros (APM, 2016).

Certamente por ocasião da chegada de tal telegrama, o delegado de Juiz de Fora, João Luiz Valadão, fez um relatório minucioso sobre a situação do município, respondendo ao Chefe de Polícia de Belo Horizonte. No relatório, o delegado relata a posição política dos integralistas e comunistas frente ao rompimento com os países do Eixo, considerando que os primeiros não gostaram e que os comunistas vislumbraram a possibilidade da aliança com a União Soviética. A imprensa local teria aplaudido o rompimento, bem como os brasileiros em sua maioria. Os súditos do Eixo não teriam se manifestado, mas ponderava que eles não teriam gostado. Valadão relata ainda que estava tomando as providências recomendadas, inclusive a censura postal dos estrangeiros. Neste mesmo relatório, informava a prisão de “elementos suspeitos”, interrogados e soltos sob vigilância: eram dezesseis japoneses presos na cidade, em sua maioria lavradores. Nesse grupo, quatro foram processados com base no artigo 5º do Decreto Lei 4.166, e os processos enviados ao Tribunal de Segurança Nacional. O crime previsto neste artigo da lei era o de distorcer ou omitir o valor do patrimônio que se possuísse, com pena de até cinco anos de reclusão. O ato era considerado crime contra a segurança nacional, e julgado pelo tribunal de exceção. Também foram presos doze alemães, sendo um processado e um enviado para a capital; cinco sírios, sendo um processado; quatro italianos, sendo dois processados; um austríaco, dois suíços, um tcheco, um português e um libanês (APM, 2016).

Valadão propunha no final do relatório uma vigilância aos estrangeiros e repressão violenta aos simpatizantes do Eixo, fossem eles estrangeiros ou não. Informava que seguia a relação com todos os estrangeiros residentes na cidade, mas a lista não se encontrava no microfilme pesquisado – a saber, a lista está arquivada no Fundo da Câmara, no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. O delegado também apontava três empresas pertencentes a estrangeiros, e notificava que o número de estrangeiros na cidade era de aproximadamente duas mil pessoas, sendo a população total de 80 mil habitantes. Em sua perspectiva, os antigos moradores estrangeiros não ofereciam “perigo grande”, mas os novos residentes estrangeiros mereciam constante vigilância.

A mesma delegacia apresentava um quadro, sem data e sem referência da fonte consultada, enviada para a delegacia em Belo Horizonte, provavelmente em 1942, pela sequência de documentos existentes no mesmo microfilme do Arquivo da Polícia Política. No quadro, constavam os dados a respeito das empresas e de operários da cidade. Observe-se que a preocupação era identificar os estrangeiros e sua procedência, sendo que eles representavam pouco mais de dois por cento dos trabalhadores, apenas:

Estando o país em guerra, tudo mudou de uma hora para outra. Já no dia seguinte à declaração do estado de guerra, em 24 de agosto, o jornal *Diário da Tarde* informava que comícios e manifestações só poderiam ocorrer se autorizados pela delegacia especializada. No dia 27, a mesma delegacia informava que, a fim de garantir a normalidade, estaria proibido o trânsito de populares pelas ruas da cidade após as vinte e duas horas. A notícia da proibição e os motivos não foram encontrados nos jornais analisados.

Não mais aparecem notícias de protestos e manifestações. As notícias sobre estrangeiros também diminuem muito. No dia 29 de setembro, mais dois navios brasileiros eram afundados por submarinos do Eixo, o Lajes e o Osório. No dia 14 de outubro, o governo assumia a coordenação dos meios e órgãos de divulgação e publicidade. Para “evitar notícias tendenciosas e contrárias aos interesses nacionais”, o decreto-lei assinado pelo presidente da República permitia excluir da divulgação e publicidade assuntos julgados inconvenientes aos interesses, aos compromissos, à ordem, à segurança e à defesa do Estado. No restante deste ano, somente aparecem notícias sobre o andamento da guerra. Não mais sobre estrangeiros, quinta-colunas ou navios afundados.

A “onda” da guerra passou e só ficaram as consequências. Em 22 de janeiro de 1943, o *Diário Mercantil* noticiava que o prefeito Raphael Ciriigliano, tão perseguido e tantas vezes acusado de ser quinta-coluna, como mostra um dos processos abaixo analisado, é “trocado” com o prefeito de São Lourenço, Dr. José Celso Valladares Pinto. A notícia falava sobre o mandato do prefeito de Juiz de Fora, que ficou cinco anos no cargo, e relatava rapidamente o que ele fez. Não há destaque da notícia nem foi informado o motivo da troca. O jornal nunca fez críticas ao prefeito, em todo o período

pesquisado, que corresponde praticamente aos anos em que ele esteve frente à prefeitura.

Um dia depois, quem deixava a cidade era o delegado João Luiz Alves Valadão, uma das figuras centrais nos acontecimentos aqui relatados. Durante dez anos no cargo, ele sempre esteve à frente de tudo, dando ordens em todas as questões. Ele foi promovido, transferido para atuar na Delegacia de Ordem Pública em Belo Horizonte. O jornal dizia que ele era estimado pela população, tendo criado a Chácara dos Meninos, importante ação social, também participando e incentivando diversos eventos esportivos na cidade.

O discurso e o tom das notícias contra os estrangeiros começam a mudar com o início da derrota alemã em 1945. O fim da guerra estava próximo e o do governo também. As “ondas” de notícias desaparecem por completo e o jornal passa a falar mais abertamente sobre questões em que não tocava antes. No dia 16 de março, o jornal publica uma carta de Moura Carneiro para o advogado Heráclito Sobral Pinto, acusando Filinto Strubing Muller, a quem chama de “tedesco”, de cúmplice na morte de Olga Benário Prestes, esposa de Luiz Carlos Prestes entregue aos nazistas. O título da reportagem era “Coisas más e sombrias que têm acontecido no país. Como o Sr. Sobral Pinto comenta o tenebroso episódio da entrega de Olga Prestes à Gestapo”. Esta mesma reportagem aparece no jornal Diário da Noite do Rio de Janeiro, um dia antes, mas com a manchete “Muito maior é a responsabilidade do Sr. Getúlio Vargas”⁴. Sobral Pinto, advogado ex-ofício de Prestes, responde que o maior culpado era Vargas, que assinou o decreto de expulsão, e que o Brasil Cristão ainda venceria a ditadura castilhistas disfarçada em democracia popular. No mesmo mês, no dia 21, aparece a notícia “Os expedicionários e o fracasso do fascismo no Brasil. A estúpida incoerência que os separava dos soldados aliados”, dizendo que o fascismo no país caiu de podre, e que era uma incoerência estarem lutando contra ele enquanto a realidade aqui era igual a dos países com quem o Brasil lutava.

No dia 8 de maio, é noticiado o fim da guerra, informado que o povo de Juiz de Fora vibrou de entusiasmo. Já no dia 22, eram concedidas facilidades à política

⁴Biblioteca Nacional Digital.

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=221961_02&pagfis=27048&pe sq=&url=http://memoria.bn.br/docreader. Acessado em 29/12/2016.

migratória, anulando as restrições para a entrada de estrangeiros. No dia 6 de maio, o Brasil declara guerra ao Japão, o que não havia sido feito em 1942. Tratava-se de um ato de solidariedade aos Estados Unidos, que continuavam a lutar no Pacífico; contudo, o país não cogitava mandar efetivos para a guerra. No dia 17, é noticiada a extinção do Tribunal de Segurança Nacional. No dia 30, a renúncia de Getúlio Vargas.

As notícias relatadas são as do período final do Estado Novo, momento em que, se organiza o “novo” Estado Novo, a transição do autoritarismo para a liberal democracia (GOMES, 2010, p.56). Nota-se claramente que as notícias de perseguição e dos protestos desaparecem, e os jornais já começam a falar mais abertamente contra o governo, principalmente no último ano do regime.

CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa mais ampla foi procurar entender e narrar os fatos que aconteceram em Juiz de Fora durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente a perseguição a estrangeiros e seus descendentes residentes na cidade. Como tais episódios foram possíveis em uma cidade fundada por alemães, e destinatária de grande número de imigrantes italianos? Os estrangeiros que viviam no país foram perseguidos de diversas formas, mesmo os que se consideravam brasileiros. Em Juiz de Fora, a perseguição chegou a ser violenta, mas muitas vezes aparecia em atos cotidianos, como simples comentários de rua. Muito pouco se escreveu ou se falou sobre o que aconteceu, e praticamente não há literatura sobre o período na cidade.

Os fatos e notícias aqui descritos sobre o afundamento dos navios e os protestos de rua ocorridos em Juiz de Fora permitiram entender o papel da imprensa nos acontecimentos. As fontes puderam ser interligadas, com os jornais, apesar da forma telegráfica e incompleta em que eram escritas as notícias; com os processos, nos quais os fragmentos e depoimentos iam se encaixando nas notícias; e os documentos da Polícia Política, onde a comunicação era mais direta e sem censura. Não podemos esquecer, contudo, que as notícias nos jornais foram sempre passadas pelo crivo da censura, e muitas vezes não refletem totalmente a verdade dos fatos. Muitas delas parecem fantasiosas e exageram nas descrições de alguns acontecimentos.

Contudo, só um fato já é muito marcante na história da perseguição aos estrangeiros em Juiz de Fora: em uma das notícias, um dia após a declaração do estado de guerra, dizia o jornal que mais de três centenas de estrangeiros aqui residentes e quinta-colunas foram presos. Se levarmos em consideração que moravam cerca de setecentos e cinquenta estrangeiros “eixistas” na cidade, segundo o documento preparado pelo delegado e encontrado no Fundo da Câmara Municipal, quase metade dos estrangeiros destas nacionalidades residentes na cidade foi presa.

A face autoritária do Estado Novo impôs diversas políticas, como a nacionalização de estrangeiros e, sobretudo, procurou implantar uma nova “nacionalidade”, uma ideia de nação imaginada pelos governantes. Estas ideias foram sendo impostas ao povo brasileiro, tendo a imprensa papel fundamental nesta questão. As notícias eram organizadas em “ondas”, sem muita explicação ou continuidade do conteúdo, mas com assuntos que eram sempre recorrentes. Assim foi com a política de nacionalização, depois substituída pela luta contra os quinta-colunas, e em seguida, após o afundamento dos navios brasileiros, com o processo de justificativa para o estado de guerra. Após este período, as notícias passaram a fortalecer as ações arbitrárias do governo, justificadas pela guerra. A cidade de Juiz de Fora, como todo o país, foi levada pela “onda” de notícias e a hostilidade contra os estrangeiros se espalhou. Como observou Fachel (2002, p. 223), a política de nacionalização levou ao clima de ódio, e a imprensa contribuiu para difundir as ideias. A mobilização da população só foi possível, como destacou, devido às campanhas prévias de nacionalização empreendidas pelo governo e amplamente divulgada pela imprensa em todo o país.

Neste “ambiente hostil” os estrangeiros começaram a ser odiados e perseguidos. Eram, por princípio, inimigos da pátria. Seja em Pelotas ou em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, cidade fundada e com maioria de habitantes descendentes de alemães, seja em Juiz de Fora, também de origem alemã, os protestos se sucederam. No Sul, a estátua do fundador perdeu a cabeça, e em Juiz de Fora, a população saiu às ruas protestando e depredando casas de estrangeiros ou os mandando para a prisão. Só é possível entender estes fatos em um regime de exceção e autoritarismo como foi o Estado Novo, com o controle dos meios de comunicação e eficiente sistema de informação.

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais do período (1937-1947). Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Arquivo da Polícia Política – APM - Arquivo Público Mineiro. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> . Acessado em 07/04/2016.

Arquivo do Crime – Arquivo Histórico de Juiz de Fora (AC-AHJF).

Arquivo da Câmara Municipal de Juiz de Fora - Arquivo Histórico de Juiz de Fora (ACM-AHJF).

Biblioteca Nacional Digital. Acessado em 29/12/2016.

Cinemateca Brasileira. Acessado em 10/07/2019

BIBLIOGRAFIA

MELLO, Lane. **Quem realmente afundou os navios brasileiros na SGM?** Em <https://fatosmilitares.com/quem-realmente-afundou-os-navios-brasileiros-na-sgm/> 4 de janeiro de 2016. Acessado em 8/07/2019.

TEMPONE, Victor. **A Batalha do Atlântico e o Brasil na II Guerra Mundial.** Revista NAVIGATOR - Subsídios para a História Marítima do Brasil (ISSN-0100-1248). No. 18, vol 9. Pag 89-102 Diretoria do patrimônio histórico e documentação da Marinha, 2014.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul.** Pelotas: Ed. UFPel, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambigüidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise, VIZ QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários:** Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

LAMAS, Fernando G., SILVA, Simon S. de A. **Temporalidades e ensino de História: Transformações do espaço urbano juiz-forano a partir dos cinejornais de João Carriço.** Instrumento: R. Est. Pesq. Educ., Juiz de Fora, v. 18, n. 2, jul./dez. 2016. Pg.241-250.

RAHMEIER, A. H. 1942 - Brasil corta relações diplomáticas e declara Guerra a Alemanha. Como isto aconteceu? **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 26, p. 74-89, 1 dez. 2017.